



Bemol S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial individual e consolidado	7
Demonstração dos resultados individual e consolidado	8
Demonstração dos resultados abrangentes individual e consolidado	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa individual e consolidado – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

Bemol S.A.

Manaus – Amazonas

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bemol S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos 1 e 2, descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bemol S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalvas

1) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado referentes a: (i) não incidência do PIS/COFINS nas vendas dentro da Zona Franca de Manaus, cujo trânsito em julgado do processo judicial aconteceu em setembro de 2019, e (ii) exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo trânsito em julgado do processo judicial ocorreu em outubro de 2018. A Companhia reconheceu em 2023 integralmente a receita dos créditos tributários referentes aos processos supracitados. Consequentemente o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a maior em R\$ 434.773 mil, sem considerar os efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

2) Conforme nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em 2023 referente a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia reconheceu em 2024 integralmente a receita dos créditos tributários no montante de R\$ 63.876 mil, sem aplicar a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Consequentemente, o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados a maior em R\$ 63.876 mil, sem considerar os efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Existência dos estoques – Controladora

Veja a nota explicativa nº 07 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui lojas e centros de distribuição, onde são estocados grande variedade de produtos, o que requer um sistema de controle e logística para gerenciamento apropriado da existência física dos estoques. Devido ao fato dos estoques apresentarem um volume significativo de itens, e por requererem controles individualizados de contagens de itens por lojas, bem como o registro tempestivo das diferenças de estoques, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com base em amostragem, o acompanhamento das contagens físicas dos estoques nas lojas e nos centros de distribuição e o confronto dos dados com os respectivos registros contábeis e controles de estoques; - Efetuamos testes nas movimentações dos estoques com base em amostragem estatística, confrontando os registros (tais como entradas e saídas dos estoques), com as respectivas documentações suporte; e - Análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos dos estoques, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Acordos comerciais – Controladora

Veja a nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As bonificações recebidas de fornecedores e as contribuições promocionais são práticas comerciais regulares no setor de varejo. A Companhia recebe descontos comerciais por acordos negociados com seus fornecedores. Estes acordos possuem condições contratuais entre os tipos de descontos, incentivos, bonificações e equalização de margem de vendas, os quais representam um componente significativo reduzindo o custo das vendas de mercadorias. Devido ao grande volume de transações, às diferentes categorias de acordos e a relevância dos valores envolvidos como redução do custo das mercadorias vendidas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Seleção de uma amostra de acordos comerciais para análise de seus termos, de acordo com a natureza da transação, atentando para avaliação e mensuração dos valores negociados e do adequado período do reconhecimento contábil;
- Inspeção de documentação que comprove a liquidação subsequente;
- Análise da variação mensal das bonificações negociadas junto aos fornecedores ao longo do exercício.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes relacionados ao período de competência em que ocorreu o registro contábil dos acordos comerciais, os quais não foram registrados pela administração, tendo em vista sua imaterialidade, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos dos acordos comerciais, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos de auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Manaus, 26 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-AM


Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Bemol S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	106.841	55.031	199.862	166.112
Clientes	5	1.055.061	958.105	1.055.061	958.105
Operações de crédito	6	-	-	549.314	352.889
Estoques	7	609.034	472.113	609.034	472.113
Instrumentos financeiros derivativos		-	6.011		6.011
Partes relacionadas ativo	19	52.847	44.092	-	-
Tributos a recuperar	8	145.047	1.108.039	147.163	1.108.705
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.007	879	4.007	10.708
Outros ativos		128.261	49.056	135.011	51.263
Total dos ativos circulantes		2.101.098	2.693.326	2.699.452	3.125.906
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	4 (b)	20.680	20.380	20.680	20.380
Operações de crédito	6	-	-	291.425	96.837
Outros ativos		38.819	27.685	43.446	27.980
Instrumentos financeiros derivativos		-	792	-	792
Tributos a recuperar	8	93.494	-	100.109	-
Imposto diferido ativo	23	17.630	21.593	17.630	-
Depósitos judiciais		78	65	78	65
Outorgas de permissão		-	-	9.288	9.288
Total do realizável a longo prazo		170.701	70.515	482.656	155.342
Investimentos	9	340.954	255.867	-	-
Imobilizado	11	309.417	278.561	309.417	278.561
Direito de uso em arrendamento	10	216.494	228.554	216.494	228.554
Intangível		2.784	566	2.784	566
		869.649	763.548	528.695	507.681
Total dos ativos não circulantes		1.040.350	834.063	1.011.351	663.023
Total do ativo		3.141.448	3.527.389	3.710.803	3.788.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	419.478	394.567	431.906	405.783
Empréstimos e financiamentos	13	70.803	125.660	70.803	125.660
Debêntures e notas comerciais	14	168.046	101.233	168.046	101.233
Obrigações trabalhistas	15	63.178	55.946	70.213	57.423
Obrigações tributárias	16	65.852	37.503	68.652	37.990
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.011	41.395	1.368	41.772
Fundo de investimento em direitos creditórios	20	-	-	81.534	26.586
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	21	-	-	3.508	-
Partes relacionadas passivo	19	42.785	24.369	-	-
Juros sobre capital próprio	22 (e)	158.975	129.225	158.975	129.225
Arrendamentos a pagar	17	21.084	53.308	21.084	53.308
Dividendos a pagar	22 (c)	52.470	93.518	52.470	93.518
Outros passivos		175.350	141.362	183.320	143.316
Total do passivo circulante		1.239.032	1.198.086	1.311.879	1.215.814
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	168.183	59.205	168.183	59.205
Debêntures e notas comerciais	14	222.446	392.333	222.446	392.333
Fundo de investimento em direitos creditórios	20	-	-	377.666	230.803
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	21	-	-	65.776	-
Arrendamentos a pagar	17	195.410	175.247	195.410	175.247
Imposto diferido passivo	23	-	-	52.417	12.541
Provisão para riscos	18	3.309	2.416	3.933	2.864
Total dos passivos não circulantes		589.348	629.201	1.085.831	872.993
Patrimônio líquido					
Capital social	22	700.000	346.000	700.000	346.000
Reservas e retenção de lucros		580.783	1.320.919	580.783	1.320.919
Ajustes de avaliação patrimonial		32.285	33.183	32.285	33.183
Patrimônio líquido atribuível aos sócios controladores		1.313.068	1.700.102	1.313.068	1.700.102
Patrimônio líquido atribuível aos sócios não controladores		-	-	25	20
Total do patrimônio líquido		1.313.068	1.700.102	1.313.093	1.700.122
Total do passivo e patrimônio líquido		3.141.448	3.527.389	3.710.803	3.788.929

Bemol S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	24	3.545.109	3.148.048	3.933.579	3.418.954
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	<u>(2.381.267)</u>	<u>(2.140.101)</u>	<u>(2.563.418)</u>	<u>(2.333.392)</u>
Lucro bruto		<u>1.163.842</u>	<u>1.007.947</u>	<u>1.370.161</u>	<u>1.085.562</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	25	(765.773)	(811.050)	(768.359)	(813.538)
Gerais e administrativas	25	(294.443)	(263.936)	(354.267)	(276.171)
Resultado de equivalência patrimonial	9	85.087	25.686	-	-
Outras receitas operacionais	25	<u>148.071</u>	<u>372.976</u>	<u>146.809</u>	<u>337.648</u>
Total receitas (despesas) operacionais, líquidas		(827.058)	(676.324)	(975.817)	(752.061)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		336.784	331.623	394.344	333.501
Resultado financeiro, líquido	26				
Receitas financeiras		160.546	396.155	196.129	416.613
Despesas financeiras		<u>(143.265)</u>	<u>(158.401)</u>	<u>(185.143)</u>	<u>(159.511)</u>
		17.281	237.754	10.986	257.102
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		354.065	569.377	405.330	590.603
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23	(50.261)	(46.793)	(79.019)	(48.191)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	<u>(4.427)</u>	<u>(29.217)</u>	<u>(22.726)</u>	<u>(49.039)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>299.377</u>	<u>493.367</u>	<u>303.585</u>	<u>493.373</u>
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		-	-	5	(6)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		<u>299.377</u>	<u>493.367</u>	<u>303.590</u>	<u>493.367</u>
Média ponderada das ações no exercício (em milhares)	22 (g)			350.000	350.000
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$	22 (g)			<u>0,87</u>	<u>1,41</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bemol S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	299.377	493.367	303.590	493.367
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	299.377	493.367	303.590	493.367
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			303.585	493.373
Acionistas não controladores			5	(6)
Resultado abrangente total			303.590	493.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bemol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido atribuído a participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		346.000	58.133	290.430	285.016	290.071	-	34.083	1.303.733	-	1.303.759
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	-	-	-	(900)	(900)	-	(900)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	493.366	-	493.366	(6)	493.360
Constituição de reserva legal		-	12.483	-	-	-	(12.483)	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	22b	-	-	107.260	-	-	(107.260)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	22e	-	-	-	318.491	(40.965)	(249.105)	-	28.421	-	28.421
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(31.000)	-	(31.000)	-	(31.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	22c	-	-	-	-	-	(93.518)	-	(93.518)	-	(93.518)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		346.000	70.616	397.690	603.507	249.106	-	33.183	1.700.102	20	1.700.122
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	-	-	-	(897)	(897)	-	(897)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	299.377	-	299.377	5	299.382
Constituição de reserva legal	22a	-	14.969	-	-	-	(14.969)	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	22b	-	-	74.528	-	-	(74.528)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	22f	-	-	-	70.781	51.628	(122.410)	-	(1)	-	(1)
Juros sobre o capital próprio	22e	-	-	-	-	-	(35.000)	-	(35.000)	-	(35.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	22c	-	-	-	-	-	(52.470)	-	(52.470)	-	(52.470)
Dividendos adicionais	22d	-	-	-	(598.043)	-	-	-	(598.043)	-	(598.043)
Aumento de capital	22j	354.000	- 70.616	- 283.384	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		700.000	14.969	188.834	76.245	300.734	-	32.286	1.313.068	25	1.313.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bemol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		299.377	493.367	303.590	493.367
Ajuste em:					
Depreciação de Imobilizado e Direito de uso e amortização de intangível	10 e 11	66.954	66.883	66.954	66.883
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamento, debêntures e notas comerciais	13 e 14	77.445	12.776	77.445	12.776
Juros sobre participação de terceiros em FIDC	20	-	-	41.165	37.348
Rendimentos sobre aplicações financeiras vinculadas	4 (b)	(2.112)	(1.164)	(2.112)	(1.164)
Resultado da baixa de imobilizado e intangível	11	3.007	7.344	3.007	7.344
Ajuste a valor presente	5	30.781	-	30.781	5.580
Provisão para perdas de crédito esperada contas a receber e operação de crédito	5 e 6	61.522	149.652	105.760	192.896
Provisão para riscos	18	894	465	1.069	913
Provisão para perda em estoque	7	298	(5.000)	298	(5.000)
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	22	50.261	46.793	79.019	48.191
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	4.427	29.217	22.726	49.039
Resultado da equivalência patrimonial	9	(85.087)	(25.686)	-	-
Juros sobre arrendamento a pagar	17	51.295	47.378	51.295	47.378
Créditos tributados e atualização monetária	8 (b)	63.876	(434.773)	63.876	(434.773)
Instrumentos financeiros derivativos		-	50	-	50
Outros		-	-	(4.204)	-
(Aumento) redução dos ativos					
Clientes		(189.259)	(266.195)	(189.259)	(266.195)
Operações de crédito		-	-	(435.251)	(115.474)
Estoques		(137.219)	(39.302)	(137.219)	(39.302)
Tributos a recuperar		801.045	(43.909)	802.809	(71.369)
Instrumentos financeiros derivativos		6.803	-	6.803	-
Outros ativos		(103.216)	(11.448)	(112.109)	(28.043)
Depósitos judiciais		(13)	51	(13)	51
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar		24.911	(14.666)	26.123	(86.533)
Obrigações trabalhistas		7.232	4.705	12.790	5.172
Obrigações tributárias		28.349	9.331	30.662	5.756
Partes relacionadas		27.878	(52.304)	-	-
Outras contas a pagar		20.725	35.590	41.452	51.256
		1.110.174	9.155	887.457	(23.853)
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	(90.645)	(25.354)	(119.423)	(12.263)
Juros sobre arrendamentos pagos	17	(32.309)	(26.443)	(32.309)	(26.443)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(62.695)	(52.001)	(62.695)	(52.001)
Juros pagos por participação de terceiros em FIDC	20	-	-	(151.846)	(37.348)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado das atividades operacionais		924.525	(94.643)	521.184	(151.908)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Investimentos em aplicações financeiras vinculadas	4 (b)	-	20.000	-	20.000
Resgates de aplicações financeiras vinculadas	4 (b)	1.812	784	1.812	784
Partes relacionadas - Mútuos a receber		(8.755)	44.092	-	-
Aporte de capital em controladas		-	(914)	-	-
Aquisição de imobilizado, intangível	11	(79.461)	(48.551)	(79.461)	(48.551)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		(86.404)	(112.773)	(77.649)	(67.767)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos, debêntures e nota comercial	13 e 14	188.025	658.803	188.025	658.803
Fundo de investimentos em direito creditório	20	-	-	312.492	80.109
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	21	-	-	69.284	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(251.727)	(422.494)	(251.727)	(422.494)
Pagamentos de arrendamentos	17	(31.047)	(20.935)	(31.047)	(20.935)
Dividendos pagos	22 (e)	(93.518)	-	(93.518)	-
Dividendos adicionais	22 (d)	(598.043)	-	(598.043)	-
Imposto de Renda sobre Juros sobre o capital próprio pagos	22 (e)	-	(4.113)	(5.250)	(4.113)
Caixa líquido gerado das (utilizados nas) atividades de financiamento		(786.310)	211.261	(409.784)	291.370
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		51.810	3.845	33.750	71.695
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		55.031	51.186	166.112	94.417
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		106.841	55.031	199.862	166.112
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		51.810	3.845	33.750	71.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Bemol S.A. (“Bemol” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de agosto de 1942, com sede na cidade de Manaus, estado do Amazonas. A Companhia opera sob a marca “Bemol”, em lojas físicas que têm como objetivo a representação, importação, distribuição e venda de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos de telefonia celular, dentre outros produtos, nacionais e importados. A partir de dezembro de 2016, a Companhia passou a operar também no ramo de drogarias, sob a marca “Bemol Farma”, em 2020 iniciou no ramo de mercado, sob a marca “Bemol Mercado” e em 2024 iniciou no ramo de saúde sob a marca “Bemol Saúde”. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Bemol” ou “Grupo”).

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui 100 estabelecimentos, sendo 9 estabelecimentos inaugurados em 2024, e estão localizados nas regiões do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Do total de 100 filiais, 43 são lojas de varejo, 48 são farmas 7 centros de distribuição, 1 mercado e 1 clínica. A Companhia também opera no comércio eletrônico no site <https://www.bemol.com.br/>.

Relação das entidades controladas

A Companhia possui participações em sociedades com personalidades jurídicas similares, sendo elas controladas, cujas denominações sociais e as respectivas participações estão demonstradas a seguir:

	Participação acionária %	
	2024	2023
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,85%	99,85%
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,90%	99,90%
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Ji-Paraná Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Cruzeiro do Sul Ltda.	100%	100%
Bemol Serviços Financeiros Ltda. (b)	100%	100%
Bemol Energia Ltda. (c)	100%	100%

(a) Lotéricas “Empresas denominadas Loterias”

Referem-se a lotéricas autorizadas a funcionar pela Caixa Econômica Federal, para as quais foram efetuados pagamentos de outorgas de permissão com autorização de funcionamento pelo período de 20 anos desde a data da autorização de funcionamento, renováveis por igual período.

(b) Bemol Serviços Financeiros Ltda.

Empresa com característica de Correspondente de Instituições Financeiras que atua como intermediário entre o cliente do Grupo e responsáveis por fornecer serviços financeiros, como contas bancárias, empréstimos, programa de pontos entre outros.

(c) Bemol Energia Ltda.

Os Projetos da Bemol Energia Ltda. estão localizados no estado do Amazonas. A Empresa têm 3 usinas solares operacionais, com capacidade de geração total de 4,1MWp e base operacional de clientes, além do processo de faturamento junto a concessionária estabelecido. Todas as usinas estão enquadradas no GD1 (sistemas de energia solar residenciais e comerciais de pequeno porte com potência instalada até 75 kW).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Diretoria da Companhia aprovou em 26 de março de 2025, a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, vide divulgações conforme nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

2.2 Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidada estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional da Controladora que é o Real, pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 17 – Arrendamentos a pagar** - Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5 – Clientes** - Critérios e montantes para perda esperada de créditos;
- **Nota explicativa nº 7 – Estoques** - critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;
- **Nota explicativa nº 8 – Tributos a recuperar** - Critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação;
- **Nota explicativa nº 11 – Imobilizado** - Estimativa de vida útil dos ativos de longa duração;

a. Mensuração ao valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, do Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1.1 Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido a partir do momento em que a Companhia tem o poder sobre a investida, exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas Empresas. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição ou data da sua constituição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as Empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

1.2 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros.

Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais, e arrendamentos a pagar que surgem quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”. Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso dos instrumentos da Companhia, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes.

O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento na moeda de referência. Há três níveis de hierarquia, de acordo com o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, o nível 1 tem preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, nível 2 tem preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos e passivos similares em mercados ativos e nível 3 cujo dados não são observáveis para o ativo ou passivo. A mensuração do valor justo da Companhia é classificada como nível 2.

1.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; e
- Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial

Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber que considera o risco de crédito de um ativo financeiro, o qual a Companhia considera que aumentou significativamente o risco de perda para os títulos em aberto a mais de 180 dias, e considera também os títulos vencidos e a vencer destes respectivos clientes, considerando a provisão para todo esse ativo.

1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Representam numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis aproximadamente até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

1.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. As provisões para obsolescência consideram mercadorias com giro lento, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

1.6 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção e custo atribuído, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

1.7 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os arrendamentos se referem, preponderantemente, às lojas alugadas pela Companhia.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na mensuração taxas nominais observáveis.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e
- Pagamentos previstos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado se houver uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação da opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

1.8 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

1.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

1.10 Receita - Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: (i) transfere o controle do produto ou serviço ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro e por meio de cartão de crédito, débito ou modalidade PIX (pagamento instantâneo). A receita oriunda das vendas das lojas físicas são reconhecidas após o seu faturamento, entrega e aceite das mercadorias por parte dos clientes, que é quando os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. No caso do e-commerce, para determinar o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, a Companhia monitora o prazo de entrega das mercadorias aos clientes, efetuando ajustes na receita operacional quando necessário. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia também opera com vendas na modalidade “crediário”, e são cobrados juros em torno de 13,9% ao mês em clientes com atraso de até 180 dias, a partir do 181º dia de atraso o pagamento dos juros serão acrescidos de 3,5% ao mês.

(ii) Vendas de serviços financeiros

A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço. Nas operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento as obrigações das apólices vendidas. O Grupo realiza operações de crediário próprio, seguros, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

1.11 Operações de crédito

Referem-se a ativos financeiros compostos por empréstimos a pessoas físicas para obtenção dos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, mensurado ao custo amortizado. O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

1.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realizados nas linhas de receitas ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

1.13 Subvenções governamentais e reserva de incentivos fiscais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções mencionadas referem-se a Crédito Presumido do ICMS sobre as compras de mercadorias nacionais de outros Estados, que ao adentrar na Zona Franca de Manaus, o Estado do Amazonas por exigência do decreto nº 288/67, concede crédito presumido do ICMS em porcentagem e valor equivalente ao que foi desonerado na sua origem. Em função da sua natureza de tributo, essas subvenções são apresentadas na rubrica de receita líquida de vendas no resultado do exercício, em contrapartida ao patrimônio líquido na rubrica de “Reserva de incentivos fiscais”. Esses incentivos não são incluídos nos cálculos dos dividendos, consequentemente não são distribuídos, podem ser utilizados tão somente para aumento de capital social ou absorção de prejuízos, não podem ser distribuídos aos acionistas.

1.14 Tributação sobre a renda - Tributos correntes – Lucro real

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240.
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Lucro presumido (Lotéricas)

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados, trimestralmente, com base nas alíquotas de presunção de 8% e 12% sobre a receita bruta para se obter a base de cálculo, onde após as deduções se aplica a alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido."

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

1.15 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações, e aprovados de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2024:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC/IFRS	Data de vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	1º de janeiro de 2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	1º de janeiro de 2026

Em relação aos normativos abaixo, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia concluiu que não há impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC/IFRS	Data de vigência
Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)	1º de janeiro de 2024
Passivo de arrendamento em uma venda e “ <i>leaseback</i> ” (alterações ao CPC 06/IFRS 16)	1º de janeiro de 2024
Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7)	1º de janeiro de 2024

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	10.128	15.536	19.944	22.427
Aplicações financeiras	96.713	39.495	179.918	143.685
Total	106.841	55.031	199.862	166.112

As aplicações financeiras referem-se basicamente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, Aplicações Compromissadas e Automáticas, as quais remuneradas com base no Certificado de Depósito Interbancário - CDI (93% a 100% a.a.) e Selic.

(b) Aplicações financeiras vinculadas (ativo não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras vinculadas (a)	20.680	20.380	20.680	20.380
Total	20.680	20.380	20.680	20.380

- (a) As aplicações financeiras vinculadas são dadas como garantia as debêntures e notas comerciais (vide nota explicativa nº 13 e 14).

Instituição financeira	Consolidado e Controladora				
	Saldo em 01/01/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Banco Itaú	20.380	-	(1.812)	2.112	20.680
	20.380	-	(1.812)	2.112	20.680

5 Clientes (Controladora e Consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - Pessoa física (a)	1.797.082	1.637.515
Contas a receber - Cartão de crédito	249.721	218.116
Repactuação de contas a receber em atraso	73.350	75.195
Contas a receber - Pessoa jurídica	13.921	13.984
Cheques devolvidos	690	695
Total	2.134.764	1.945.505
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.048.922)	(987.400)
Ajuste a valor presente	(30.781)	-
Total	1.055.061	958.105

- (a) A Companhia também opera com vendas na modalidade “crediário”, e são cobrados juros em torno de 13,9% ao mês em clientes com atraso de até 180 dias, a partir do 181º dia de atraso o pagamento dos juros serão acrescidos de 3,5% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, há contas a receber de cartão de crédito dado em garantia pela Companhia vinculado as Debêntures. (vide nota 14).

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	989.317	852.087
Vencidos:		
Até 30 dias	25.992	35.662
De 31 a 90 dias	30.707	34.618
De 91 a 180 dias	42.669	49.782
De 181 a 365 dias	79.743	117.804
Acima de 365 dias	966.338	855.552
Total	2.134.764	1.945.505

Movimentação para provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber que considera o risco de crédito de um ativo financeiro, o qual a Companhia considera que aumentou significativamente o risco de perda para os títulos em aberto a mais de 180 dias, e considera também os títulos vencidos e a vencer destes respectivos clientes, considerando a provisão para todo esse ativo.

Saldo inicial em 01/01/2023	(837.748)
Adição	(149.652)
Saldo em 31/12/2023	(987.400)
Adição	(61.522)
Saldo em 31/12/2024	(1.048.922)

6 Operações de crédito (Consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos pessoa física (a)	154.767	160.456
Direito Creditório (Recebíveis FIDC) (b)	863.282	392.575
Direito Creditório (Recebíveis CRI) (c)	90.195	-
	1.108.244	553.031
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(266.599)	(102.399)
Ajuste a valor presente	(906)	(906)
Total	840.739	449.726

- (a) A operação de crédito são relacionadas aos valores a receber junto aos clientes da Bemol Serviços Financeiros Ltda., relacionados a empréstimos financeiros ou linhas de crédito. Os serviços estão relacionados a uma variedade de opções de empréstimo, incluindo empréstimos pessoais, empréstimos com garantia de imóveis, entre outros. Empréstimo pessoal com remuneração taxa média de 6,9% a.m e prazo médio de 10,4 meses. Empréstimo com garantia imobiliária taxa média 1,77% a.m e 145 meses de prazo médio.
- (b) A variação de direito creditório (recebíveis FIDC) do exercício 2024 em relação a 2023 decorre, principalmente, pelo aumento significativo no volume de operações cedidas no exercício atual, seguindo a estratégia da Companhia.

- (c) Em 15 de abril e 12 de dezembro de 2024 a empresa iniciou a operação de cessão de parte dos créditos com garantia imobiliária (Home Equity), realizando a 55ª e 87ª emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), respectivamente. Esta emissão é regida pela Lei nº 14.630/22 e pela resolução CVM nº 60/21, e teve como Companhia Securitizadora a Província, devidamente registrada na CVM sob o nº 132. Esses créditos são lastreados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) garantidas por alienação fiduciária de imóveis.

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	726.799	469.176
Vencidos:		
Até 30 dias	59.883	362
De 31 a 90 dias	15.659	425
De 91 a 180 dias	26.927	857
De 181 a 365 dias	27.568	20.287
Acima de 365 dias	251.408	61.924
Total	1.108.244	553.031

Movimentação para provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa

A provisão é reconhecida sempre que houver evidência de redução no valor para perdas esperadas dos ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado. A provisão para perdas esperadas é mensurada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa. Como critérios para constituição da provisão a Administração utiliza como critério a avaliação da recuperação histórica por faixa de atraso e percentual de perda efetivo sobre os saldos do contas a receber.

7 Estoques (Controladora e Consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias em centros de distribuição	385.357	265.082
Mercadorias em lojas	181.465	159.898
Medicamentos	35.849	24.202
Materiais de consumo	12.661	17.927
Provisão para perdas de estoques (obsolescência e quebras)	(6.298)	(6.000)
Adiantamento a fornecedores	-	11.004
Total	609.034	472.113

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há estoques dados em garantia pela Companhia. A movimentação das perdas por obsolescência:

Saldo inicial em 01/01/2023	(11.000)
Reversão	5.000
Saldo em 31/12/2023	(6.000)
Adição	(298)
Saldo em 31/12/2024	(6.298)

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Precatório PIS e COFINS (a)	-	940.011	-	940.011
ICMS a recuperar	193.655	160.956	193.656	160.956
PIS a recuperar	-	1.233	887	1.326
COFINS a recuperar	-	5.839	1.098	6.412
IRRF a recuperar	-	-	131	-
IRPJ a recuperar (b)	44.886	-	50.561	-
CSLL a recuperar	-	-	939	-
Total	238.541	1.108.039	247.272	1.108.705
Circulante	145.047	1.108.039	147.163	1.108.705
Não circulante	93.494	-	100.109	-
Total	238.541	1.108.039	247.272	1.108.705

(a) A Companhia obteve êxito na tese de não incidência de PIS e da COFINS nas vendas para pessoas físicas e para pessoas jurídicas na Zona Franca de Manaus, conforme decisão transitada em julgado em setembro de 2019, que de acordo com o levantamento dos montantes atualizados até março de 2020 eram de cerca de R\$ 612.000 mil de principal e R\$ 358.000 mil de atualização monetária, os quais a Companhia optou pela cobrança judicial, por meio dos precatórios nº 0253097-79.2021.4.01.9198 e precatório nº 0158078-75.2023.4.01.9198. O precatório nº 0253097-79.2021.4.01.9198 foi depositado em juízo em 26 de dezembro de 2023, e recebido pela Companhia em janeiro de 2024, e o precatório nº 0158078-75.2023.4.01.9198 foi recebido pela companhia em agosto/2024.

(b) A Companhia obteve êxito na tese de exclusão do IRPJ e da CSLL, conforme decisão judicial transitada em julgado em 1º de dezembro de 2023. Posteriormente, a homologação da desistência de execução ocorreu em 26 de março de 2024, e a habilitação do crédito para compensação foi concluída em 24 de junho de 2024, resultando no reconhecimento de créditos tributários cujo valor atualizado até dezembro de 2023 é de R\$ 63.876 mil, sendo R\$ 51.128 mil referentes ao principal e R\$ 12.748 mil correspondentes à atualização pela SELIC. O valor foi registrado na contabilidade em junho de 2024 e está sendo utilizado para compensação de débitos de PIS/COFINS. Após as compensações realizadas até dezembro de 2024, o saldo remanescente é de R\$ 44.886 mil, dos quais R\$ 40.020 mil referem-se ao principal e R\$ 4.866 mil à atualização pela SELIC.

9 Investimentos (controladora)

	2024	2023
Participações em controladas		
Loteria Estrela de Davi Ltda.	1.110	1.154
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	2.024	1.637
Loteria Bemol Educandos Ltda.	790	881
Loteria Bemol Torquato Ltda.	1.727	1.637
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	418	401
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	386	364
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	806	838
Loteria Bemol Avenida Ltda.	1.045	1.035
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	367	401
Loteria Bemol Matriz Ltda.	917	1.122
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	391	449
Loteria Bemol Manauara Ltda.	720	896
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	768	709
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	1.343	839
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	187	126
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	622	691
Loteria Bemol Ji-Paraná Ltda.	1.346	1.246
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	297	424
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	722	622
Loteria Bemol Cruzeiro do Sul Ltda.	735	883
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	321.411	236.404
Bemol Energia Ltda.	2.822	3.108
	340.954	255.867



a. Informações financeiras resumidas

Participações em controladas	2024	2023	Patrimônio líquido		Capital social		Lucro (prejuízo) do exercício	
			2024	2023	2024	2023	2024	2023
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,80%	99,80%	1.112	1.037	527	527	75	31
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,80%	99,80%	2.028	1.426	762	762	602	215
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,80%	99,80%	791	699	480	480	92	54
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,80%	99,80%	1.730	1.384	288	288	346	301
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,80%	99,80%	419	402	570	570	17	11
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,80%	99,80%	386	354	10	10	33	(2)
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,80%	99,80%	807	691	595	595	116	95
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,80%	99,80%	1.047	865	656	656	181	82
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,80%	99,80%	368	401	945	945	(33)	(47)
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,80%	99,80%	919	688	139	139	231	239
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,80%	99,80%	392	275	127	127	117	45
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,80%	99,80%	721	557	425	425	164	131
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	99,80%	99,80%	770	539	100	100	231	173
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,85%	99,85%	1.345	840	468	468	505	140
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,90%	99,90%	187	127	164	164	60	51
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	100%	100%	622	556	495	495	66	61
Loteria Bemol Ji-Paraná	100%	100%	1.346	1.187	1.100	1.100	159	87
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	100%	100%	297	373	500	500	(76)	(75)
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	100%	100%	722	622	550	550	100	72
Loteria Bemol Cruzeiro do Sul Ltda.	100%	100%	735	704	724	724	32	19
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	100%	100%	321.411	236.852	167.653	167.653	85.008	22.590
Bemol Energia Ltda.	100%	100%	2.822	3.108	50	50	1.269	1.413
			340.979	253.687	177.328	177.328	89.296	25.686

b. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Controladas			
Loteria Estrela de Davi Ltda.	1.154	(45)	1.109
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	1.637	387	2.024
Loteria Bemol Educandos Ltda.	881	(92)	789
Loteria Bemol Torquato Ltda.	1.637	90	1.727
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	401	17	418
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	364	22	386
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	838	(32)	806
Loteria Bemol Avenida Ltda.	1.035	11	1.046
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	401	(33)	368
Loteria Bemol Matriz Ltda.	1.122	(205)	917
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	449	(58)	391
Loteria Bemol Manauara Ltda.	896	(176)	720
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	709	59	768
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	839	504	1.343
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	126	61	187
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	691	(69)	622
Loteria Bemol Ji-Paraná	1.246	100	1.346
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	424	(127)	297
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	622	100	722
Loteria Bemol Cruzeiro do Sul Ltda.	883	(147)	736
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	236.404	85.008	321.412
Bemol Energia Ltda.	3.108	(286)	2.822
Total investimento em controladas	255.867	85.087	340.954

10 Direito de uso em arrendamento

	31/12/2024		31/12/2023		Taxa depreciação (a)
	Custo	Amortização do período	Valor líquido	Valor líquido	
Lojas	241.431	(24.937)	216.494	228.554	16,62% a.a. (16,32% a.a. em 2023)
Total	241.431	(24.937)	216.494	228.554	

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas e centros de distribuição). A Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador.

Saldo inicial em 01 de janeiro de 2023	164.538
(+) Adições (a)	84.951
(-) Amortização do período	<u>(20.935)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	<u>228.554</u>
(+) Adições	-
(+) Atualização/remensuração (a)	12.877
(-) Amortização do período	<u>(24.937)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	<u>216.494</u>

(a) Valores não possuem efeito caixa, por isso não impactam as demonstrações dos fluxos de caixa.



11 Imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	49.519	582	(1.315)	-	48.786	-	(712)	-	48.074
Equipamentos de segurança	6.304	57	-	-	6.361	463	-	1.219	8.043
Bens e direitos de uso	1.887	-	(494)	494	1.887	-	-	-	1.887
Construções e edificações	144.400	-	-	-	144.400	-	-	5.802	150.202
Benfeitorias em imóveis	1.284	-	-	-	1.284	-	-	-	1.284
Instalações (a)	144.674	725	(5.478)	17.146	157.067	519	(13)	1.045	158.618
Processamento de dados	60.858	4.449	(71)	139	65.375	8.906	(408)	1.231	75.104
Telecomunicações	2.598	43	-	-	2.641	357	-	743	3.741
Móveis e utensílios	40.803	2.181	(76)	2.020	44.928	3.808	(41)	1.600	50.295
Veículos	50.354	6.673	(81)	-	56.946	14.544	(1.019)	-	70.471
Adiantamento a fornecedor	-	1.511	-	-	1.511	-	(1.511)	-	-
Construções em andamento (b)	13.520	31.837	-	(19.799)	25.558	48.187	(16)	(11.640)	62.089
Total custo	516.201	48.058	(7.515)	-	556.744	76.784	(3.720)	-	629.808
	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos de segurança	16%	(4.827)	(309)	-	(5.136)	(343)	-	-	(5.479)
Bens e direitos de uso	18%	(1.616)	-	-	(1.616)	-	-	-	(1.616)
Construções e edificações	4%	(77.948)	(5.880)	-	(83.828)	(5.483)	-	-	(89.311)
Benfeitorias	10%	(1.266)	(4)	-	(1.270)	(4)	-	-	(1.274)
Instalações	15%	(55.865)	(17.770)	21	(73.614)	(14.853)	7	-	(88.460)
Processamento de dados	30%	(41.891)	(8.440)	6	(50.325)	(7.279)	181	-	(57.423)
Telecomunicações	12%	(680)	(419)	-	(1.099)	(459)	-	-	(1.558)
Móveis e utensílios	15%	(17.931)	(5.228)	63	(23.096)	(5.583)	14	-	(28.665)
Veículos	20%	(30.394)	(7.886)	81	(38.199)	(8.917)	511	-	(46.605)
Total depreciação		(232.418)	(45.936)	171	(278.183)	(42.921)	713	-	(320.391)
Imobilizado líquido		283.783	2.122	(7.344)	278.561	33.863	(3.007)	-	309.417

- (a) Instalações referem-se a toda a estrutura de uma loja quando inaugurada.
(b) Obras decorrente de aberturas de novas lojas e investimentos em reforma.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias	349.513	312.849	349.513	316.879
Fornecedores de serviços	69.736	77.688	76.254	84.657
AVP Fornecedores	-	-	5.910	-
Partes Relacionadas (NE 19)	229	-	229	-
Outras contas a pagar	-	4.030	-	4.247
	419.478	394.567	431.906	405.783

13 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Instituição financeira		
Banco da Amazônia S.A. (a)	31.465	47.602
Banco Santander (Brasil) S.A. (b)	106.443	114.435
Banco Itaú S.A. (c)	50.915	22.828
Banco Citibank (d)	50.163	-
Saldo final	238.986	184.865
Circulante	70.803	125.660
Não circulante	168.183	59.205
Total	238.986	184.865

A Companhia efetuou captações junto ao Banco Citibank para fins os seguintes fins e saldos em 31 de dezembro de 2024:

- (a) (a) Capital de giro para Obras/Aquisição de bens, juros de 3,51% a.a., com vencimentos em junho/2028, saldo de R\$ 12.198; (ii) Capital de giro para Obras/Aquisição de bens, juros 1,39% a.a., vencimento em dezembro/2026, saldo em de R\$ 2.976; (iii) Capital de giro para Obras/Aquisição de bens, juros de 0,43% a.a., vencimento em dezembro/2027, saldo de R\$ 9.196.; e (iv) capital de giro com juros de 7,11% a.a., vencimento em dezembro/2025, saldo de R\$ 7.003.
- (b) (b) Empréstimos em moeda estrangeira (Dólar), com variação cambial e juros de 2,30% a.a. + (CDI) com vencimento em Março/2025, saldo de R\$ 7.640; (ii) Empréstimos em moeda estrangeira (Dólar), com variação cambial e juros de 6,27% a.a. + (CDI), com vencimento em Maio/2025, saldo de R\$ 6.565; (iii) Empréstimos em moeda estrangeira (Dólar), com variação cambial e juros de 2,24% a.a. + (CDI) com vencimento em Maio/2025, saldo de R\$ 41.556; (iv) Empréstimos em moeda real, com juros equivalentes à taxa CDI + 2,18% ao ano, com vencimento em Julho/2029, saldo de R\$ 50.773.
- (c) (c) Empréstimo em moeda estrangeira (Euro) com juros de 1,80% a.a., com vencimento em Agosto/2029, saldo de R\$ 50.915.
- (d) (d) Empréstimos em moeda estrangeira (Dólar), com variação cambial e juros de 2,20% a.a. com vencimento em Outubro/2029, saldo de R\$ 50.163.

Segue movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	184.865	287.323
(+) Captação de empréstimos	188.025	338.803
(+) Provisão de juros	20.826	11.466
(-) Reclassificação instrumento financeiro derivativo	-	(6.803)
(-) Pagamentos principal	(148.813)	(422.494)
(-) Pagamentos juros	(5.917)	(23.430)
	238.986	184.865

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	35.760
2026	31.400	2.968
2027	53.274	9.163
2028	48.467	11.314
2029	35.042	
Total	168.183	59.205

Garantias

As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação de bens e terrenos com suas respectivas benfeitorias no montante de R\$ 39.527 (R\$ 56.804 em 31 de dezembro de 2023).

Cláusulas restritivas

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia obriga-se a cumprir cláusulas restritivas não financeiras (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia, solicitação de recuperação judicial, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu com os referidos “covenants”.

14 Debêntures e notas comerciais (controladora e consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures (a)	319.734	422.839
Notas comerciais (b)	70.758	70.727
Saldo final	390.492	493.566
Circulante	168.046	101.233
Não circulante	222.446	392.333
Total	390.492	493.566

(a) Em 22 de julho de 2021, a Companhia emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 200.000 (duzentos milhões) e valor nominal de R\$ 1 (um mil) por debênture, com vencimento final em 22 de julho de 2026 e remuneradas pela variação da taxa de 100% CDI, acrescida de 2,10 % a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19., “caput”, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

Em 18 de junho de 2023, a Companhia emitiu a segunda série de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, no montante total de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões) e valor nominal de R\$ 1 (um mil) por debênture, com vencimento final em 18 de junho de 2028 e remuneradas pela variação da taxa de 100% CDI, acrescida de 2,25 % a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19., “caput”, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

(b) Em 01 de Setembro de 2023, a Companhia realizou a primeira emissão de notas comerciais escriturais. Foi emitido 70.000 notas em série única no total de R\$ 70.000 e valor nominal de R\$ 1 por nota, com prazo de 36 meses contados da data de emissão. As notas possuem garantia real e garantia adicional fidejussória, nos termos dos artigos nº 45 e seguintes da Lei nº 14.195. Os documentos e os termos e condições da oferta não se sujeitam à análise prévia da CVM. As notas comerciais estão dispensadas de registro de distribuição perante a ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), nos termos do artigo 2º, § 2º, inciso I do “Código ANBIMA de Ofertas Públicas”, em vigor desde 2 de janeiro de 2023. Há como garantia o valor correspondente a 20% do saldo do fluxo de cartões, cerca de R\$ 14 mil.

Seguem as características gerais das debêntures da Companhia:

Garantias

Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre a Companhia, o agente fiduciário e o Banco Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário, em observância ao disposto no Artigo 66-B, da Lei nº 4.728/1965, com a nova redação dada pelo Artigo 55 da Lei nº 10.931/2004. Há também, como garantia, referente a segunda série de debêntures, aplicação financeira vinculada, no Banco Itaú Unibanco S.A., no montante de R\$ 20.680 em 31 de dezembro de 2024 (20.380 mil em 31 de dezembro de 2023). vide nota 4.

Cláusulas restritivas

De acordo com a escritura de debêntures, a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida como (i) Apuração anual, dentro do período de amortização da dívida, da dívida líquida pelo EBITDA, a qual deve obedecer ao limite de 3 vezes; e (ii) Outras condições contratuais como cláusulas de covenants não financeiros e operacionais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia cumpriu com os referidos “covenants”.

Segue movimentação dos saldos de debêntures e notas comerciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	493.566	200.827
(+) Captação de debêntures e notas comerciais	-	320.000
(+) Provisão de juros	56.618	1.310
(-) Pagamento de principal	(102.914)	-
(-) Pagamentos juros	(56.778)	(28.571)
	<u>390.492</u>	<u>493.566</u>

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
2025		214.324
2026	157.880	122.453
2027	43.044	41.667
2028	21.522	13.889
Total	222.446	392.333

15 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar (a)	28.737	24.358	32.509	25.121
INSS	5.956	3.030	6.204	3.234
FGTS	108	1.843	179	1.913
Provisão para férias e encargos	28.377	26.715	31.321	27.155
Total	63.178	55.946	70.213	57.423

(a) A variação em salários a pagar ocorreu, principalmente, pela adequação do quadro de colaboradores da Bemol Serviços Financeiros Ltda (BSF) para atendimento das atividades operacionais da referida empresa, e pela abertura de novas unidades de lojas, farmácias e centro de distribuição da Bemol S/A (Controladora).

16 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS (a)	1.383	3.859	1.518	3.899
COFINS (a)	3.210	20.675	3.809	20.896
IRRF	4.179	4.689	6.020	4.720
ICMS	46.968	4.458	46.968	4.458
ISS retido na fonte	946	226	1.095	356
Outros impostos a recolher	9.166	3.596	9.232	3.661
Total	65.852	37.503	68.642	37.990

(a) Em relação ao PIS e a COFINS, em 2023 estava registrado o valor a ser pago referente ao registro do precatório nº 1009961-82.2020.4.01.3200, onde teve aproximadamente R\$ 12.000 dessas contribuições sobre atualização SELIC do referido precatório.

17 Arrendamentos a pagar (controladora e consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento a pagar	216.494	228.555
Total	216.494	228.555
Circulante	21.084	53.308
Não circulante	195.410	175.247
Total	216.494	228.555

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável a qual foi considerada 16,62% ao ano.

A movimentação do arrendamento a pagar durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	228.555	164.538
(+) Adições	-	64.017
(+) Atualização/Remensuração	51.295	47.378
(-) Pagamento - principal	(31.047)	(20.935)
(-) Pagamento - juros	(32.309)	(26.443)
31 de dezembro de	216.494	228.555

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Ano de vencimento		
2025	-	49.266
2026	19.879	44.246
2027	19.605	40.933
2028	18.895	40.802
2029 em diante	137.031	-
Total	195.410	175.247

18 Provisão para riscos (controladora e consolidado)

A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	1.483	494
Civil	1.826	1.922
Total	3.309	2.416

A movimentação para as provisões para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Trabalhista	494	988	-	1.483
Civil	1.922	-	(95)	1.826
	2.416	988	(95)	3.309

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios.

Civil

Os processos de natureza civil, estão relacionados a reclamações oriundas, principalmente, de clientes sobre possíveis defeitos de produtos, os quais a Companhia é acionada como parte ou corresponsável.

Passivos contingentes – risco possível

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, tributários e cíveis que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas. O valor das causas em 31 de dezembro de 2024 dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, conforme normas contábeis adotadas no Brasil, possui o montante em R\$ 3.725, sendo R\$ 1.196 de natureza trabalhista e R\$ 2.528 de natureza cível (R\$ 17.583 em 2023 para trabalhista e cível).

19 Partes relacionadas – Mútuos a receber e Outras contas a pagar

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Mútuos a receber - Controladora				
Bemol Serviços Financeiros Ltda. (a)	52.257	-	43.056	-
Loterias Bemol	590	-	1.036	-
	52.847	-	44.092	-
Outras contas a pagar - controladora				
Bemol Serviços Financeiros Ltda. (b)	-	42.785	-	24.369
	-	42.785	-	24.369
Fornecedores – controladora (Nota explicativa nº 12)				
Abunã Participações Ltda (c)	-	229	-	-



- (a) Os saldos referem-se a mútuo concedidos pela Bemol S.A os quais não há remuneração de juros definida contratualmente e os vencimentos previstos para o ano de 2025, e valores de folha de pagamento dos colaboradores da BSF (Bemol Serviços Financeiros) que estavam sendo pagos pela Bemol S/A.
- (b) Crédito Pessoal da Bemol - Tem seu veículo de captação através de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, tendo a Bemol Serviços Financeiros como originador da operação de crédito no papel de correspondente bancário. A Bemol S.A. recebe os valores financeiros dos clientes e repassa esses valores para a Bemol Serviços Financeiros e (Bemol Crédito Pessoal), portanto, gerando assim um contas a pagar a essas Partes Relacionadas. Essas operações são cedidas ao fundo no 1o dia útil subsequente ao recebimento do caixa.
- (c) Abunã Participações Ltda., Empresa pertencente a alguns acionistas (Pessoas Físicas) da Companhia. A Companhia é locatária de imóveis de propriedade dessa Empresa, onde opera em 03 (três) lojas, nas cidades de Porto Velho/RO, Manacapuru/AM e Itacoatiara/AM. Os valores dos aluguéis são calculados sobre o faturamento mensal das lojas (não inferiores ao aluguel mensal mínimo reajustável). Esses aluguéis estão em condições de mercado.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Administração durante o exercício de 2024, incluindo pró-labore e gratificações, foi de R\$ 9.484 (R\$ 8.612 em 31 de dezembro 2023). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo.

20 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Consolidado)

A estrutura de patrimônio do FIDC em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada conforme quadro a seguir:

			31/12/2024		31/12/2023	
	Remuneração	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Saldo	Valor total das cotas	Saldo
Sênior 1	CDI + 3,5%	132.000.000	0,391196	51.638	1,00518	132.683
Sênior 2	CDI + 4,5%	60.000.000	0,950410	57.025	1,00552	60.331
Sênior 3	CDI + 3,0%	312.500.000	1,005739	314.293		
Mezanino A	CDI + 5%	44.000.000	0,391419	17.222	1,00569	44.251
Mezanino B	CDI + 6,5%	20.000.000	0,951125	19.022	1,0062	20.124
Subordinadas júnior	Variação da cota	62.124.890	3,721040	231.169	3,3577	147.267
Total			690.369		404.656	

O Bemol Crédito Pessoal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), é um fundo de investimento sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores e regido pelo Regulamento e são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O prazo de duração do fundo é indeterminado e seus rendimentos das cotas seniores são pagos mensalmente, mantém-se o índice de subordinação mínima de 25%.

O FIDC tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais por meio da aquisição de carteiras de crédito da Bemol Serviços Financeiros.

Os direitos creditórios do FIDC são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (“TIR”) dos contratos, pelo critério “pro rata temporis”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios. O Fundo é regido pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis Estrutura e composição dos fundos.



A movimentação do passivo financeiro com os cotistas seniores e mezanino é apresentada a seguir. A Companhia detém as cotas subordinadas do FIDC.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	257.389	177.280
(+) Adição	312.492	80.000
(+) Provisão de juros	41.165	37.348
(-) Pagamento de juros	(151.846)	(37.239)
31 de dezembro de 2024	459.200	257.389

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas de vencimentos no longo prazo para resgate das cotas possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Ano de vencimento		
2024	-	26.586
2025	81.534	163.757
2026	102.660	67.046
2027	275.006	-
Total	459.200	257.389

21 Certificado de recebíveis imobiliários (CRI) (Consolidado)

A estrutura de patrimônio do CRI em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada conforme quadro a seguir:

CRI I

	Remuneração	Quantidade de cotas	31/12/2024		31/12/2023	
			Valor das cotas	total Saldo	Valor total das cotas	Saldo
Sênior I	IPCA + 9%	48.614.805	0,9334976	45.382	-	-
Subordinadas júnior	IPCA + 10,5%	12.153.702	1,0224358	12.426	-	-
Total				57.808		-

CRI II

	Remuneração	Quantidade de cotas	31/12/2024		31/12/2023	
			Valor das cotas	total Saldo	Valor total das cotas	Saldo
Sênior I	IPCA + 9,4%	11.938.909	1,0010843	11.952	-	-
Mezanino A	IPCA + 11,4%	11.938.909	1,000938	11.950	-	-
Subordinadas júnior	IPCA + 11,9%	5.969.455	1,0000001	5.969	-	-
Total				29.871		-

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-
(+) Adição	69.284	-
(+) Provisão de juros	-	-
(-) Pagamento de juros	-	-
31 de dezembro de 2024	69.284	-

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas de vencimentos no longo prazo das cotas possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Ano de vencimento		
2026	4.922	-
2027	5.049	-
2028	4.981	-
Acima de 2029	50.824	-
Total	65.776	-

A Companhia Província de Securitização (“Emissora”), devidamente registrada na CVM sob o número 132, realizou a 55ª e 87ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), em 15 de abril e em 12 de dezembro de 2024, respectivamente. Esta emissão é regida pela Lei nº 14.430/22 e pela Resolução CVM nº 60/21.

O CRI tem como objetivo a aquisição de créditos imobiliários originados pela Bemol Serviços Financeiros Ltda. (“BSF” ou “Agente de Cobrança”), utilizando os recursos captados por meio da emissão dos CRIs. Esses créditos são lastreados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) garantidas por alienação fiduciária de imóveis.

Os Créditos Imobiliários, representados pelas CCIs, são escriturais, de titularidade da Emissora, e são avaliados com base no seu valor de face, acrescido dos encargos financeiros contratuais, pro rata temporis. A Emissora acompanha, por meio do Agente de Cálculo, a adimplência dos Devedores e a evolução das garantias (Alienções Fiduciárias de Imóvel).

22 Patrimônio líquido

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 700.000, 2023 era de R\$ 346.000.

Dividendos propostos

É garantido aos acionistas, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A relação dos valores de dividendos distribuídos, e reconciliação da destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	299.377	493.367
Reserva legal (a)	(14.969)	(12.483)
Reserva de incentivo fiscal (b)	(74.528)	(107.260)
Lucro líquido ajustado	209.880	373.624
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (c)	(52.470)	(93.518)
Juros sobre o capital próprio provisionados (e)	(35.000)	(31.000)
Reserva de lucros a realizar (f)	(122.410)	(249.105)

(a) Reserva legal

São constituídas por 5% do lucro líquido apurado conforme lei nº 6.404/76 em seu art. nº 193 restringindo ao montante de 20% do capital social para as investidas. Durante o exercício de 2024, a Companhia constituiu o montante de R\$ 14.969 (R\$ 12.483 em 2023), ao limite do percentual acumulado de 20% do capital social.

(b) Reserva de incentivo fiscal

As reservas de incentivos fiscais são geradas pelo crédito presumido do ICMS estabelecido no Decreto nº 20.686/1999 de Manaus - AM. O benefício consiste na restituição de crédito presumido do ICMS na Zona Franca de Manaus, nas operações de venda em operações internas e interestaduais. A reserva é constituída com base nas normas contábeis CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

A Companhia reconhece essa receita, bem como faz sua exclusão no cálculo da apuração do imposto de renda e contribuição social, assim como faz a transferência do referido montante para reserva de incentivo fiscal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidos o montante de R\$ 74.528 (R\$ 107.260 em 2023). As reservas de incentivo fiscal, somente podem ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2024 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado após a destinação das reservas (legal e incentivos fiscais), no montante de R\$ 52.470 (R\$ 93.518 em 2023).

Movimentação de dividendos a mínimos pagar:

	Saldo em 01/01/2024	Dividendos mínimos obrigatórios	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Dividendos a pagar	93.518	52.470	(93.518)	52.470

(d) Dividendos adicionais

Movimentação de dividendos adicionais a pagar:

	Saldo em 01/01/2024	Dividendos adicionais (a)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Dividendos adicionais pagar	-	598.043	(598.043)	-

(a) Dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de Abril de 2024.

(e) Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 35.000 (R\$ 31.000 em 2023), os quais foram contabilizados na conta de lucros acumulados como distribuição de lucros. Esses juros sobre o capital próprio não foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

Movimentação dos juros sobre capital próprio:

	Saldo em 01/01/2024	Juros constituídos	Imposto de renda pagos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Juros sobre o capital próprio	129.225	35.000	(5.250)	-	158.975

(f) Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar, possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa.

O saldo da reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 76.245 (R\$ 603.507 em 31 de dezembro de 2023).

(g) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 conforme o quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$		
Lucro do exercício	303.590	493.367
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício (em milhares)	350.000	350.000
Resultado por ação - básico e diluído (por lote de mil ações)	0,87	1,41

Não há potencializador de diluição razão pela qual os resultados são iguais.

(h) Retenção de lucros

Conforme Art. 196 da Lei nº 6.404/76, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76. líquido. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de retenção de lucros é de R\$ 300.734 (R\$ 249.106 em 2023).

(i) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (“*deemed cost*”) aos ativos imobilizados alocados na classe de terrenos e edificações, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente divergia de forma significativa do valor justo destes ativos. A definição dos custos atribuídos foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por Companhia externa, sendo os laudos aprovados pela Administração, e resultou em acréscimo de valor do ativo imobilizado no montante de R\$ 67.099. A contrapartida do saldo é registrada diretamente no patrimônio líquido, no grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes. Anualmente a avaliação patrimonial é ajustada pela depreciação de edifícios e realização dos impostos diferidos sobre esse saldo. O saldo em 31 de dezembro de 2024 registrado no Patrimônio líquido é de R\$ 32.286 (R\$ 33.183 em 31 de dezembro de 2023).

23 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência. A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2024 (e 31 de dezembro de 2023):

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	354.065	569.376
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(120.382)	(193.588)
Juros sobre capital próprio	11.900	10.540
Resultado da equivalência patrimonial	28.930	8.733
Receita Subvenção de ICMS	21.874	27.153
Atualização de créditos tributários - SELIC	15.760	97.232
Recuperação de tributos	17.384	-
Reversão/Provisão	(20.013)	(4.141)
Arrendamento	(9.046)	(5.872)
Multas, patrocínios e despesas não dedutíveis	(9.306)	(9.804)
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	16.725	-
Outros	(8.514)	(6.263)
Total	(54.688)	(76.010)
Imposto de renda e contribuição social no exercício		
Corrente	(50.261)	(46.793)
Diferido	(4.427)	(29.217)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(54.688)	(76.010)
Alíquota efetiva	15%	13%

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	405.330	590.602
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(137.812)	(200.805)
Juros sobre capital próprio	11.900	10.540
Receita Subvenção de ICMS	21.874	27.153
Atualização de créditos tributários - SELIC	15.760	97.232
Recuperação de tributos	17.384	-
Multas, patrocínios e despesas não dedutíveis	(11.196)	(9.804)
Reversão/Provisão	(2.746)	11.577
Arrendamento	(9.046)	(5.872)
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	16.725	-
Outros	(24.588)	(27.251)
Total	(101.745)	(97.230)
Imposto de renda e contribuição social no exercício		
Corrente	(79.019)	(48.191)
Diferido	(22.726)	(49.039)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(101.745)	(97.230)
Alíquota efetiva	24%	16%

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecido no resultado	Patrimônio Líquido	Total líquido em 31/12/2024
Custo atribuído ao imobilizado	(16.789)	-	464	(16.789)
Prejuízo fiscal e base negativa	16.726	(16.726)	-	-
Provisão de bônus de clientes	17.000	(2.404)	-	14.596
Ajuste a valor presente	0	9.934	-	9.934
Outros	593	-	-	593
Provisões diversas	4.063	4.769	-	8.832
Impostos líquido ativos / (passivos)	21.593	(4.427)	464	17.630

Consolidado	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecido no resultado	Patrimônio Líquido	Total líquido em 31/12/2023
Custo atribuído ao imobilizado	(16.789)	-	464	(16.325)
Variação valor da cota - Fundo de investimento	(34.134)	(18.299)	-	(52.433)
Prejuízo fiscal e base negativa	16.726	(16.726)	-	-
Provisão de bônus de clientes	17.000	(2.404)	-	14.596
Ajuste a valor presente	0	9.934	-	9.934
Outras	593	-	-	593
Provisões Diversas	4.063	(12.845)	-	(8.782)
	(12.541)	(40.340)	464	(52.417)

Saldo Total Diferido Passivo não circulante				(52.417)
Saldo Total Diferido Ativo não circulante (Líquido)				17.630
Movimentação ano corrente (Resultado e PL)		(40.340)	464	

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos sobre diferenças temporárias, e conforme projeções, acredita na sua completa realização nos próximos exercícios.

24 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vendas brutas de produtos e serviços	3.981.567	3.477.838	3.996.427	3.477.838
Receitas de operações de crédito	-	-	373.225	271.684
Comissões, garantias e serviços	49.635	38.791	49.635	38.791
Remuneração sobre correspondências bancárias	-	-	4.687	4.936
Comissões sobre jogos	-	-	4.118	4.196
Ajuste a valor presente do contas a receber	(29.218)	-	(29.218)	-
Impostos sobre vendas (*)	(301.083)	(235.853)	(301.937)	(236.664)
Abatimentos e descontos	(73.404)	(61.884)	(80.970)	(70.983)
Devoluções e cancelamentos	(82.388)	(70.844)	(82.388)	(70.844)
Total	3.545.109	3.148.048	3.933.579	3.418.954

(*) Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 20%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 0% ou 7,6%).

25 Receita (despesas) por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis	(15.002)	(13.192)	(15.145)	(13.333)
Benefícios a funcionários	(24.399)	(21.009)	(25.793)	(21.009)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2.455.795)	(2.247.361)	(2.597.833)	(2.246.484)
Depreciações e amortizações	(66.955)	(65.523)	(66.955)	(65.523)
Despesa FIDC	-	-	(45.639)	(154.222)
Despesa CRI	-	-	-	-
Despesas (Energia, água, telefone, etc)	(20.081)	(16.424)	(20.087)	(16.424)
Despesas com funcionamento	(12.309)	(16.564)	(13.440)	(16.564)
Despesas de informática	(69.380)	(59.877)	(70.009)	(60.234)
Despesas Diversas	-	-	-	(38)
Despesas Judiciais	(2.096)	(2.112)	(2.096)	(2.112)
Despesas tributárias	(43.923)	(55.318)	(46.590)	(54.565)
Encargos sociais	(68.451)	(68.359)	(74.456)	(69.263)
Frete e carretos	(36.053)	(27.361)	(36.053)	(27.361)
Gestão de cobrança	(24.395)	(15.037)	(25.102)	(15.037)
Honorários da administração	(10.270)	(9.480)	(11.245)	(9.480)
Hospedagens e passagens	(6.899)	(4.557)	(7.152)	(4.557)
Manutenção de veículos, edificações e equipamentos	(30.175)	(26.324)	(30.177)	(26.324)
Material de expediente	(9.964)	(6.940)	(9.964)	(6.940)
Bônus resgatados (programa de fidelidade)	(56.676)	(46.680)	(56.676)	(46.680)
Outras despesas	(80.797)	(56.023)	(93.116)	(72.390)
Outras receitas	7	12.214	8.029	12.561
Perda de crédito esperada	(85.148)	(163.158)	(88.716)	(189.459)
Perdas com inventário	(5.792)	(9.255)	(5.792)	(9.278)
Provisão FIDC	-	-	-	(27.002)
Provisões	(48.804)	(84.854)	(57.178)	(84.854)
Publicidade e propaganda	(50.206)	(38.791)	(51.030)	(38.827)
Receita na venda de imobilizado	877	7.492	877	7.492
Receita Subvenção ICMS	74.528	107.260	74.528	107.260
Receitas com serviços diversos	23.485	33.940	14.202	10.800

Reversão da provisão para contingências	(893)	1.951	(893)	1.951
Reversão da provisão para riscos	-	(2.416)	-	(2.416)
Reversão de provisões diversas	18.570	77.812	28.795	85.391
Salários e Proventos	(243.319)	(218.434)	(267.658)	(221.491)
Serviços prestados por terceiros	(45.805)	(47.291)	(49.579)	(48.601)
Verba de propaganda	36.714	32.275	36.714	32.275
Crédito fiscal IRPJ e CSLL	51.128	-	-	-
Crédito fiscal PIS e COFINS (a)	14.866	207.285	65.994	207.285
Total	(3.293.412)	(2.842.111)	(3.539.235)	(3.085.453)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados (b)	(2.381.267)	(2.140.101)	(2.563.418)	(2.333.392)
Outras receitas operacionais	148.071	372.976	146.809	337.648
Despesas com vendas	(765.773)	(811.050)	(768.359)	(813.538)
Despesas administrativas e gerais	(294.443)	(263.936)	(354.267)	(276.171)
Total	(3.293.412)	(2.842.111)	(3.539.235)	(3.085.453)

- (a) A Companhia reconheceu durante 2023 os créditos referentes a decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado referentes a (i) não incidência do PIS/COFINS nas vendas dentro da Zona Franca de Manaus, cujo trânsito em julgado do processo judicial aconteceu em setembro de 2019, e (ii) exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo trânsito em julgado do processo judicial ocorreu em outubro de 2018. Foram reconhecidos no resultado de exercício de 2023, crédito fiscal do precatório nº 0158078-75.2023.4.01.9198 no montante de R\$ 207.285 referente a principal e R\$ 285.976 (nota 25) referente a atualização monetária.
- (b) A Companhia possui acordos comerciais com seus fornecedores de mercadorias para revenda, os quais podem ser de natureza específica ou complexa no âmbito do setor varejista. Nesse contexto, existem acordos comerciais que, substancialmente, possuem vinculação com a revenda das mercadorias para obtenção de incentivos financeiros pela Companhia por parte dos seus fornecedores. Assim sendo, se faz necessária a realização de procedimentos por parte da Companhia, em especial, analisar e concluir sobre os valores e período correto em que as bonificações apuradas e reconhecidas contabilmente no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

26 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Atualização financeira sobre créditos fiscais	46.352	285.976	46.352	285.976
Juros por atraso	86.740	87.836	112.505	107.878
Rendimentos de aplicação financeira	18.974	10.559	27.967	10.943
Variação cambial ativa	2.659	1.769	2.659	1.769
Outras receitas financeiras	5.820	10.015	6.646	10.047
Total	160.545	396.155	196.129	416.613
Despesas financeiras				
Juros pagos ou incorridos	(77.445)	(124.065)	(77.445)	(124.120)
Juros sobre arrendamentos	(32.309)	-	(32.309)	-
Juros de mora	(5.860)	-	(5.926)	-
Taxas e comissões bancárias	(25.023)	(25.850)	(66.836)	(25.998)
Despesa ajuste a valor presente	-	(4.672)	-	(5.580)
Variação cambial passiva	(2.627)	(3.814)	(2.627)	(3.814)
Total	(143.264)	(158.401)	(185.143)	(159.512)
Total resultado financeiro, líquido	17.281	237.754	10.986	257.101

27 Instrumentos financeiros

Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros - custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	106.841	55.031	199.862	166.112
Aplicações financeiras vinculadas	20.680	20.380	20.680	20.380
Clientes	1.055.061	958.105	1.055.061	958.105
Operações de crédito	-	-	840.739	449.726
Partes relacionadas	52.847	44.092	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - Nível 2	-	6.803	-	6.803
Total	1.235.429	1.084.411	2.116.342	1.601.126
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	238.986	184.865	238.986	184.865
Debêntures e notas comerciais	390.492	493.566	390.492	493.566
Fornecedores	419.478	394.567	431.906	394.567
Arrendamentos a pagar	216.494	228.555	216.494	228.555
Outras contas a pagar	175.350	141.362	183.320	143.316
Fundo de Investimentos em direitos creditórios	-	-	459.200	257.389
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	69.284	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - Nível 2	-	-	-	-
Total	1.440.800	1.442.915	1.920.398	1.702.258

(a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferença entre moedas nas quais as vendas e empréstimos são denominados. Na data dessas informações



a Companhia não possuía operações cambiais significativas negociadas diretamente. Porém, muitos produtos que a Companhia comercializa, diversos componentes importados, de forma que seus custos podem oscilar com a variação cambial. Assim, a gestão do risco cambial “indireto” está bastante ligada à gestão comercial, de preço e margem de produtos e é realizada juntamente com seus fornecedores, que procuram não repassar grandes oscilações aos clientes finais.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o crediário próprio e cartões de crédito. O risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da CPC 48/IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos (vide nota 5).

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas à variação de empréstimos e financiamentos e debêntures.

A análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 10,04% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Instrumentos com taxas de juros	Risco	2024	Consolidado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras vinculada e não vinculadas	Redução CDI	117.394	25.631	32.039	38.447
Empréstimos e financiamentos, debêntures e nota comercial	Aumento CDI	(629.478)	(80.518)	(87.711)	(94.794)

(ii) Estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

(iii) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 14.

(iv) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Empréstimos, financiamentos e debêntures e notas comerciais	199.803	228.326	201.349	-	629.478
Fornecedores	419.478	-	-	-	419.478
Arrendamentos a pagar	21.084	19.879	38.500	137.031	216.494
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	47.430	411.770	-	528.455
Outros passivos	183.320	-	-	-	183.320
	823.685	295.635	651.619	137.031	1.977.225
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos, financiamentos e debêntures e notas comerciais	226.893	250.084	176.251	25.203	685.234
Fornecedores	405.783	451.743	-	-	903.486
Arrendamentos a pagar	53.308	49.266	85.179	40.802	228.555
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	26.586	230.803	-	257.389
Outros passivos	143.316	-	-	-	140.034
	829.300	325.936	492.233	66.005	1.713.474

(v) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

28 Informações adicionais à Demonstração de Fluxo de Caixa (Consolidado)

O CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Títulos precatórios	-	434.773
Atividades de investimento		
Arrendamentos - (Adições de direito de uso e arrendamento)	(12.877)	(84.951)
Atividades de financiamento		
Arrendamentos - (Adições de direito de uso e arrendamento)	12.877	84.951
Constituição de Juros sobre o capital próprio pagos	35.000	31.000
Dividendos propostos e não pagos	52.470	93.518